

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Azul Companhia de
Seguros Gerais

30 de Junho de 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2026.

NOSSO DESEMPENHO

- **Eventos societários**

Em continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, voltada a segregação de seus negócios em verticais especializadas, a partir de 2025, a emissão de novas apólices e as renovações da Companhia passaram a ser concentradas em sua controladora Porto Companhia de Seguro Gerais.

Em junho de 2026, protocolamos junto à SUSEP o pedido de autorização para incorporação da Companhia pela Porto Companhia de Seguros Gerais, cujo processo está em análise pelo órgão regulador. Esta etapa consolidará o compromisso da Administração com a otimização da estrutura societária da vertical de seguros, proporcionando eficiência de capital e ganho de agilidade na prestação de serviços e gestão dos negócios.

Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Azul perante o consumidor final, uma vez que a marca Azul permanecerá nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentarão uma redução substancial em suas rubricas.

Portanto, ressaltamos que os saldos dessas demonstrações financeiras refletem, substancialmente, o esgotamento dos riscos vigentes e a decorrer das apólices emitidas até 2024, e a emissão de produtos isolados que ainda não foram migrados, bem como o cumprimento de obrigações oriundas destes riscos.

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período R\$ 64,3 milhões, com uma diminuição de R\$ 402,6 milhões, 86,2% em relação ao período anterior.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro no período totalizou R\$ 39,4 milhões, uma diminuição de R\$ 44,4 milhões, 53,0% em relação ao período anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no período foi de 29,9%, apresentando uma diminuição de 65,3 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2026 foi de 22,0%, uma diminuição de 69,3 p.p. em relação ao período anterior.

- **Resultado por ação**

O resultado no período foi de R\$ 83,4 milhões, uma diminuição de R\$ 19,3 milhões em relação ao período anterior. O resultado por ação foi de R\$ 62,82 em 2026, um aumento comparada ao período de R\$ 49,34.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

- **Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos**

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

No final de abril, divulgamos nosso Relatório de Sustentabilidade, seguindo os padrões GRI e SASB, com os principais avanços da agenda de Sustentabilidade em 2025.

Economia Circular: Expansão da infraestrutura da Renova Ecopeças para 9.500 m² e duplicação da capacidade de estoque para armazenar mais de 40 mil peças, elevando o patamar de escala para desmontar mais de 10 mil veículos por ano. A iniciativa dá sequência ao amadurecimento do modelo de negócio, que registrou recorde histórico de 3,4 mil veículos desmontados e 70 mil itens reaproveitados, aproximando a companhia da meta de dobrar a reciclagem veicular até 2030.

Resiliência Climática: Adaptação e ampliação do portfólio de produtos para cobrir novos riscos decorrentes do El Niño e do aumento de eventos extremos. Diante de um cenário nacional em que 91% dos R\$ 184 bilhões em prejuízos por desastres climáticos ficaram sem seguro, a Porto assumiu papel ativo na proteção patrimonial e resiliência financeira de clientes e empresas, impulsionando o objetivo estratégico do Regenera de comercializar R\$ 13 bilhões em produtos de impacto socioambiental positivo até 2030.

Projetos & Investimento Sociais

1. Panorama Estratégico e Missão

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento local, gerando impacto social em comunidades ao redor da Porto em todo Brasil. Com o propósito de gerar oportunidades por meio da educação, conectando pessoas e parceiros para fortalecer trajetórias e transformar territórios. Também é realizado ações de mobilização e parceria através do voluntariado, captação de recursos (materiais e financeiros), investimentos via leis de incentivos fiscais e inclusão produtiva de pessoas no Brasil e por meio de programas e projetos próprios realizados na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia. Essa atuação constitui o pilar social do compromisso do Programa Regenera para a temporada 25-30, integrando o impacto social ao modelo de negócio da Porto para regenerar territórios e promover acesso a oportunidades de educação e geração de renda para a comunidade até 2030.

2. Resultados da Frente de Inclusão Produtiva

Esta frente demonstrou uma maturidade crescente, com destaque para o programa de Pré-Formação. Em comparação ao primeiro semestre de 2025, houve um salto de 311% no número de inscrições (passando de 411 para 1.699) e um aumento de 56% no total de 276 formados, consolidando o programa como uma porta de entrada eficiente para o primeiro emprego.

No programa Jovem Aprendiz, o número de oportunidades teve um crescimento de 19% (de 80 admitidos para 94 admitidos). Podemos ressaltar que a qualidade e a intensidade da formação aumentaram significativamente por meio de implantação de novos projetos socioeducacionais complementares à matriz curricular do programa e inclusão de atendimentos sociais com profissional de serviço social, exclusivo para acompanhamento dos jovens aprendizes no programa.

3. Programa Ação Educa

A frente de Educação, centralizada no Programa Ação Educa, atendeu 200 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos. O trimestre foi focado no fortalecimento de competências socioemocionais e aprimoramento da trilha pedagógica para o público de 15 a 17 anos, com a inclusão de oficinas de inglês e tecnologia alinhadas ao interesse dos adolescentes. A proposta tem como objetivo oferecer, ao longo do ano, pequenos módulos com emissão de certificados. Assim, além de ampliarem seus conhecimentos na área, os educandos poderão enriquecer seus currículos com as certificações emitidas pela empresa parceira. Entre as principais realizações, os educandos realizaram uma imersão na Associação Vila Nova Esperança (SP), comunidade reconhecida internacionalmente como "Favela Verde". A visita prática consolidou o percurso investigativo de cidadania, apresentando aos adolescentes soluções de protagonismo socioambiental. Paralelamente, aplicando a abordagem sistêmica de fortalecer a rede de apoio familiar, o programa realizou três encontros temáticos sob a premissa "cuidar de quem cuida" para as famílias dos educandos. Conduzidos por três psicólogos no período noturno para garantir a acessibilidade de pais trabalhadores, as sessões focaram em parentalidade positiva e saúde mental, assegurando a corresponsabilidade no processo socioeducativo.

4. Ambiente de inovação Socioeducacional

Atuando há mais de 20 anos, o Instituto Porto vem se consolidando como um espaço de referência na atuação social para os próximos cinco anos ampliar sua contribuição para um futuro mais justo e com mais oportunidades de acesso. E com isso, passa a fortalecer ainda mais sua rede de parcerias com instituições que atuam com educação, sendo um ambiente que potencializa a sua causa e cresce nos territórios onde atua. Por isso, ao assumir o compromisso público na estratégia do Regenera 2030 para melhorar o desempenho escolar de 1.000 crianças e adolescentes até 2030, entendemos que o sucesso escolar é um indicador multidimensional que envolve não apenas o aprendizado formal, mas o suporte biopsicossocial e o fortalecimento do ecossistema educativo.

Em abril o Instituto Porto abriu o edital para selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, com sólida articulação com a área da Educação, para comporem uma Rede de Aprendizagem e Inovação Socioeducativa. O propósito não é apenas o fomento financeiro (R\$100 mil reais para cada OSC selecionada), mas a construção de um ecossistema colaborativo onde as organizações participantes possam:

- Integrar uma Rede de Troca: Participar ativamente de fóruns de discussão e coprodução de metodologias socioeducativas inovadoras.
- Ser Agentes Articuladores: Articular com escolas públicas e/ou rede socioassistencial.
- Gerar Evidências de Impacto: Implementar ferramentas de monitoramento que tragam dados concretos sobre a melhora do desempenho escolar, fornecendo insumos para o contínuo aprimoramento das estratégias do Instituto Porto e do Programa Regenera.

O Edital recebeu 29 projetos, dos quais dois foram selecionados para parceria no 2º semestre, período que será dedicado ao acompanhamento técnico e monitoramento de resultados.

5. Voluntariado Corporativo

O engajamento social evidencia a força da cultura de voluntariado no ecossistema Porto. Em março, o programa Porto Voluntário abriu mais de 800 vagas para ações conectadas às estratégias do Instituto Porto nos pilares de Educação, Mercado de Trabalho e Bem-Estar Social. No primeiro semestre, foram realizadas mais de 50 ações no Brasil como: contação de histórias, palestras para jovens, ações com a causa animal, aulas de inglês para crianças e horta comunitária entre outras.

Mobilizando 636 voluntários colaboradores e prestadores Porto. Para participar, os colaboradores/prestadores se conectam a uma causa, alinham a atuação com suas lideranças e dedicam seu tempo e talento dentro do horário de trabalho, e com isso, contribuí para beneficiar mais de 4 mil pessoas atendidas através das instituições parceiras na matriz e nas sucursais.

6. Captação de recursos financeiros

Com objetivo engajar todo o ecossistema da Porto para uma cultura de doação e captar recursos para investir em iniciativas de educação do Instituto Porto e Organizações Sociais parceiras, essa frente de trabalho atuou neste trimestre conversando com toda base de doadores com o objetivo de fidelizar, prestar contas e informar sobre as atividades do Instituto Porto, além algumas ações realizadas como o lançamento da Campanha “Assine o Futuro” no mês de Abril, com o objetivo de trazer novos doadores para o Instituto Porto, baseado no conceito de Assinatura, transformando o ato de doar em um serviço de impacto social — atrelado a algo que o colaborador já está acostumado a consumir. Esta campanha trouxe para o Instituto Porto 127 novos doadores até junho, aumentando essa fonte de receita em 20%. A campanha é atemporal e será trabalhada no 2º semestre. Além disso, aconteceram ações no Programa Nota Fiscal Paulista, com a entrada de 196 novos doadores para o Programa, que segue em expansão e se consolida como a principal fonte de receita para o Instituto. As fontes de receitas para 2026 permanecem as mesmas. Importante ressaltar que neste semestre renovamos o certificado de captação de recursos para o Projeto aprovado pelo CONDECA, sendo mais uma fonte de receita, considerando a lei de incentivo fiscal para o ano vigente. No primeiro semestre, o total captado é de R\$ 763.256,31 um aumento de 75% com relação ao mesmo período no ano anterior (1ºsem de 2025).

7. Realizações de Destaque no Semestre:

O período de avanço nas ambições e planejamento:

Inclusão Produtiva em BH:

Em parceria estratégica entre Porto (área de sinistro), Sindirepa MG, Senai MG, Akzo Nobel e ASSPROM, o Instituto Porto inicia o curso de Montador Automotivo em Belo Horizonte.

Com carga horária total de 188 horas, o projeto é gratuito e com recursos de alimentação e transporte aos alunos, une formação técnica de excelência do Senai e o acompanhamento comportamental fundamentado na Cultura Porto. Visando a inclusão produtiva de pessoas em vulnerabilidade social, o projeto propõe formar 20 pessoas e incluí-las no mercado automotivo do ecossistema Porto.

Investimento Social Privado - Edital Social | Desempenho Escolar: O Instituto Porto começou neste primeiro semestre a fazer aportes com verba direta para projetos inscritos em seu edital, potencializando suas estratégias rumo a ambição 2030.

Ampliação de voluntariado para o Ecossistema Porto:

Em maio, foi realizado com o Programa Porto Voluntário ação de “Oficina de pipas” com prestadores da vertical Porto Serviços junto com as crianças do Instituto Porto.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico global no segundo trimestre foi marcado por pressões decorrentes da escalada geopolítica no Oriente Médio.

Embora o conflito no Oriente Médio permaneça sujeito a episódios de volatilidade elevada, a assinatura do Memorando de Entendimento entre as partes, em meados de junho, propiciou o recuo do preço do petróleo para patamares semelhantes aos observados antes do início dos embates.

Como consequência, as expectativas de inflação mensuradas pelos preços de mercado também apresentaram retração. Esse cenário sugere menor pressão para uma atuação tempestiva dos bancos centrais ante as pressões inflacionárias de curto prazo.

Nos Estados Unidos, o "Federal Reserve" (Fed) adotou uma postura cautelosa em sua reunião de junho, evidenciando divisão no comitê de política monetária quanto a um eventual movimento de alta de juros ainda este ano. Diante dos sinais mistos do mercado de trabalho, do recuo esperado na inflação de curto prazo e da já mencionada moderação nas expectativas inflacionárias de longo prazo, o cenário-base não contempla elevação da taxa de juros norte-americana.

No ambiente doméstico, a atividade econômica mantém-se aquecida. O dinamismo do mercado de trabalho e as medidas de estímulo à demanda implementadas ao longo do segundo trimestre indicam uma desaceleração somente gradual do Produto Interno Bruto (PIB), pressionando, simultaneamente, as projeções de inflação no médio prazo. Diante desse quadro, projeta-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,8% para 2026, com recuo estimado para 4,3% em 2027. As expectativas inflacionárias para horizontes além de 2027 permanecem desancoradas da meta.

A ausência de perspectivas para a geração de resultados primários consistentemente superavitários tem elevado o prêmio de risco dos ativos brasileiros. Adicionalmente, o nível elevado e em rápida ascensão da dívida bruta em relação ao PIB torna inevitável o debate e a implementação de um ajuste fiscal crível no curto prazo.

A avaliação de que a taxa de juros corrente se encontra em patamar amplamente restritivo persiste, sendo transmitida à economia real de maneira heterogênea. O canal de crédito, especificamente, requer cautela, embora os dados do segundo e do terceiro trimestres venham a ser impactados por programas públicos de expansão de crédito e de amparo a inadimplentes.

Diante da elevação da projeção de inflação e do comprometimento das expectativas de médio prazo, impõe-se uma postura de política monetária mais conservadora. Desse modo, projeta-se a taxa Selic em 13,75% ao final de 2026 e em 12,75% ao encerramento de 2027.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos nossos parceiros de negócios e clientes pelo apoio e confiança demonstrados e aos nossos colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 06 de agosto de 2026.

A Administração.

DIRETORIA

Patrícia Chacon Jimenez

Diretora Presidente

Celso Damadi

Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Executiva Jurídica

Emerson Pinheiro Valentim

Diretor Executivo de Produção

Emílio Bentancourt

Diretor Executivo de Riscos e Governança

Jaime Soares Batista

Diretor Executivo - Produto Automóvel

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Anelisa Fortes e Faria
Atuária - MIBA nº 2457



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Azul Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras intermediárias no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve os efeitos do processo de reorganização societária do Grupo. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia diminuiu significativamente suas emissões de apólices, com foco na concentração de negócios similares em verticais, repassando novas emissões e renovações de apólices existentes para a controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 19, em 30 de junho de 2026, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro no montante de R\$ 165.050 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.



**Shape the future
with confidence**

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no



**Shape the future
with confidence**

uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'P. Paz', followed by a long horizontal line.

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota Explicativa	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Circulante		375.484	371.675
Disponível		7.245	6.196
Caixa e bancos	7	7.245	6.196
Equivalentes de caixa	7	12.383	61.637
Aplicações financeiras	8	238.441	183.225
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.256	38.912
Prêmios a receber	9	14.256	38.912
Outros créditos operacionais		14.195	12.612
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19	1.272	1.206
Títulos e créditos a receber		50.913	10.852
Títulos e créditos a receber		104	47
Créditos tributários e previdenciários	10	46.802	5.312
Outros créditos		4.007	5.493
Outros valores e bens		31.271	44.627
Bens à venda	12	6.753	16.472
Outros valores	12	24.518	28.155
Despesas antecipadas		4.284	2.705
Custos de aquisição diferidos	13	1.224	9.703
Seguros		1.224	9.703
Não circulante		530.329	880.971
Realizável a longo prazo		454.867	792.830
Aplicações financeiras	8	336.909	655.476
Títulos e créditos a receber		112.231	131.456
Créditos tributários e previdenciários	10	30.514	41.576
Depósitos judiciais e fiscais	11	80.263	88.811
Outros créditos		1.454	1.069
Outros valores e bens	12	4.935	5.105
Despesas antecipadas		792	792
Custos de aquisição diferidos	13	—	1
Seguros		—	1
Investimentos		25	80
Participações societárias		25	80
Imobilizado	14	45.519	50.960
Imóveis de uso próprio		45.206	50.500
Bens móveis		313	460
Intangível	15	29.918	37.101
Outros intangíveis		29.918	37.101
Total ativo		905.813	1.252.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

		Junho de 2026	Dezembro de 2025
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa		
Circulante		306.212	328.981
Contas a pagar		198.623	57.511
Obrigações a pagar	16.1	157.599	41.404
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	5.250	8.389
Encargos trabalhistas		2.229	2.894
Impostos e contribuições		33.313	4.155
Outras contas a pagar		232	669
Débitos das operações com seguros e resseguros	17	13.429	15.417
Operações com resseguradoras		—	687
Corretores de seguros e resseguros		409	946
Outros débitos operacionais		13.020	13.784
Depósitos de terceiros	18	361	2.658
Provisões técnicas - seguros	19	93.799	253.395
Danos		93.467	253.118
Pessoas		332	277
Não circulante		146.303	161.831
Contas a pagar		4.800	4.541
Obrigações a pagar	16.1	4.800	4.541
Provisões técnicas - seguros	19	71.251	72.834
Danos		70.518	71.974
Pessoas		733	860
Outros débitos		70.252	84.456
Provisões judiciais	20.1	70.252	84.456
Patrimônio líquido		453.298	761.834
Capital social	21 (a)	712.229	582.489
Aumento / (redução) de capital em aprovação	21 (a)	(350.000)	129.740
Reservas de reavaliação	21 (c)	155	171
Reservas de lucros	21 (d)	9.016	49.974
Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	(1.544)	(540)
Lucros acumulados		83.442	—
Total do passivo e patrimônio líquido		905.813	1.252.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2026	Junho de 2025
Prêmios emitidos	22	64.326	466.974
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	44.532	1.458.489
Prêmios ganhos	22	108.858	1.925.463
Sinistros ocorridos	24	(23.865)	(1.193.894)
Custos de aquisição	25	(23.514)	(415.720)
Outras receitas e despesas operacionais	26	(4.153)	(16.235)
Resultado com resseguro		(29)	(1.303)
Despesas com resseguro		(29)	(1.303)
Despesas administrativas	27	2.553	(164.001)
Despesas com tributos	28	16.430	(43.139)
Resultado financeiro	29	39.368	83.750
Resultado patrimonial		(55)	(53)
Resultado operacional		115.593	174.868
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4.331	—
Resultado antes dos impostos e participações		119.924	174.868
Imposto de renda	10.2	(19.965)	(41.860)
Contribuição social	10.2	(15.321)	(25.440)
Participações sobre o lucro		(1.212)	(4.843)
Lucro líquido do semestre		83.426	102.725
Quantidade de ações	31	1.328	2.082
Resultado por ação básico e diluído	31	62,8208	49,3396

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado do período	83.426	102.725
Outros resultados abrangentes	(1.004)	11.055
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(1.673)	16.514
Efeitos tributários	669	(6.606)
Ganhos e perdas atuariais	—	1.911
Efeitos tributários	—	(764)
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido dos efeitos tributários	82.422	113.780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		862.489	—	200	283.831	(28.686)	—	1.117.834
Dividendos - exercícios anteriores		—	—	—	(147.000)	—	—	(147.000)
Reserva de reavaliação:								
Realização		—	—	(22)	—	—	22	—
Diferimento - remuneração em ações		—	—	—	1.780	—	—	1.780
Ações alienadas		—	—	—	(5.997)	—	—	(5.997)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	11.055	—	11.055
Resultado do período		—	—	—	—	—	102.725	102.725
Saldos em 30 de junho de 2025		862.489	—	178	132.614	(17.631)	102.747	1.080.397
Saldos em 31 de dezembro de 2025		582.489	129.740	171	49.974	(540)	—	761.834
Dividendos - exercícios anteriores	21 (e)	—	—	—	(39.572)	—	—	(39.572)
Aumento/(redução) de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP N° 2980	21 (a)	129.740	(129.740)	—	—	—	—	—
Redução de capital - AGE de 03 de fevereiro de 2026	21 (a)	—	(200.000)	—	—	—	—	(200.000)
Redução de capital - AGE de 25 de maio de 2026	21 (a)	—	(150.000)	—	—	—	—	(150.000)
Diferimento - remuneração em ações	21 (f)	—	—	—	(133)	—	—	(133)
Ações alienadas	21 (f)	—	—	—	(1.253)	—	—	(1.253)
Reserva de reavaliação:	21 (c)							
Realização		—	—	(16)	—	—	16	—
Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	—	—	—	—	(1.004)	—	(1.004)
Resultado do período		—	—	—	—	—	83.426	83.426
Saldos em 30 de junho de 2026		712.229	(350.000)	155	9.016	(1.544)	83.442	453.298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Junho de 2026	Junho de 2025
Atividades operacionais		
Resultado do período	83.426	102.725
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.743	8.393
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.216	(3.943)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(4.331)	—
Ativo fiscal diferido	11.062	2.414
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(217.294)	(1.484.630)
Equivalência patrimonial	55	53
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	263.351	156.131
Créditos das operações com seguros e resseguros	24.824	1.246.936
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(66)	(1.491)
Créditos tributários e previdenciários	(41.490)	(7)
Depósitos judiciais e fiscais	8.548	2.287
Despesas antecipadas	(1.579)	2.100
Custos de aquisição diferidos	8.480	270.279
Outros ativos	11.603	360
Impostos e contribuições	37.457	61.195
Outras contas a pagar	112.213	(123.398)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(1.988)	(31.106)
Depósitos de terceiros	(2.297)	(20.342)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	56.115	(86.625)
Provisões judiciais	(14.204)	2.310
Outros passivos	(152.390)	6.838
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	190.454	110.479
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.299)	(51.140)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	182.155	59.339
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado e intangível	9.212	—
Pagamento pela compra:		
Intangível	—	1.220
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	9.212	1.220
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(200.000)	—
Dividendos pagos	(39.572)	(147.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(239.572)	(147.000)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(48.205)	(86.441)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	67.833	182.204
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.628	95.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e que tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em quatro verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços, bem como a frente de Outros Negócios.

Inserida na Vertical de Seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., sociedade de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 30 de junho de 2026 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Azul Companhia de Seguros Gerais	Junho de 2026
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0 %
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros Pagamento Ltda.	0,1 %
Porto Seguros Pagamento Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %
(*) Participações nas ações ordinárias.	

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 06 de agosto de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A retração nos resultados financeiros reflete o plano de reorganização societária do Grupo Porto para a segregação de negócios por verticais. A partir de 2025, a comercialização de novas apólices e renovações sob a marca Azul passou a ser centralizada na controladora direta, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, garantindo a captura de sinergias operacionais e tecnológicas.

Destaca-se que a unificação das operações preserva integralmente a marca Azul e assegura a manutenção de todas as garantias, coberturas e direitos dos clientes, sem qualquer interrupção na prestação de serviços ou no cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Em 10 de junho de 2026, a Companhia submeteu à apreciação da SUSEP o pedido de aprovação para sua incorporação pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, o qual aguarda manifestação do órgão regulador.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 – CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras intermediárias avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027. A Companhia acompanha e aguarda regulamentação da norma pela SUSEP.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Complementarmente, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/26, que disciplinou aspectos operacionais da Lei Complementar nº 214/2025, tais como hipóteses de incidência e não incidência, critérios de formação da base de cálculo, sistemática do regime de créditos e procedimentos gerais de apuração.

Com o objetivo de gerenciar a transição tributária prevista para ocorrer gradualmente entre 2026 e 2033, o Grupo Porto instituiu um Grupo de Trabalho Multidisciplinar focado na transição regulatória, com reporte direto à Diretoria Executiva. As principais diretrizes desse grupo são assegurar a estrita conformidade normativa, mitigar riscos operacionais e preservar a eficiência fiscal das operações das controladas.

A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação do Grupo foi concluída com sucesso. Atualmente, o refinamento da estratégia futura e a modelagem dos impactos financeiros de longo prazo dependem da definição de três pilares fundamentais:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta, e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal. A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

A Administração mantém o monitoramento contínuo das publicações dos órgãos competentes para atualizar suas projeções financeiras e ajustar o planejamento estratégico à medida que as lacunas regulatórias remanescentes forem preenchidas.

O Grupo Porto ressalta que elementos críticos do novo regime fiscal incluindo a definição exata das alíquotas aplicáveis e o detalhamento das regras de transição de créditos do regime anterior dependem de regulamentações complementares explicitamente previstas no próprio texto do Decreto nº 12.955/26.

Diante do atual estágio de maturidade da legislação e da ausência de definições numéricas essenciais, a Administração avaliou os cenários técnicos disponíveis e concluiu que não há elementos suficientes que requeiram ajustes, constituição de provisões, complementos ou reversões nos saldos de ativos e passivos fiscais (correntes e diferidos) mensurados na data base destas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 30 de junho de 2026.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS “IMPAIRMENT”

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças

nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS - ESTIMADOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do período.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 45,13%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.656	—

Dezembro de 2025

Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.954	—

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se às obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados

mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas

todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (i) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2026, 96,4% (97,1% em 31 de dezembro de 2025) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

- (ii) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme

produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

- (iii) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção dos seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	46.406	—	83.833	—
Fluxo de 1 a 30 dias	45.445	22.203	81.191	117.168
Fluxo de 2 a 6 meses	10.684	42.697	58.152	226.822
Fluxo de 7 a 12 meses	104.702	22.139	125.284	31.414
Fluxo acima de 1 ano	470.542	64.312	656.159	98.172
Total	677.779	151.351	1.004.619	473.576

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos

pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Inflação (IPCA/IGPM)	62,6 %	56,0%
Prefixados	29,7 %	40,7%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	18,1 %	2,8%
Outros (*)	(10,4)%	0,5%

(i) Vide nota explicativa nº 8.1.1 sobre operações a termo.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2026:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 %	(36.710)
	+ 25 %	(18.708)
	+ 10 %	(7.574)
	- 10 %	7.574
	- 25 %	18.708
	- 50 %	36.710
Juros pré-fixados	+ 50 %	(12.062)
	+ 25 %	(6.185)
	+ 10 %	(2.511)
	- 10 %	2.511
	- 25 %	6.185
	- 50 %	12.062
Juros pós-fixados	+ 50 %	(404)
	+ 25 %	(337)
	+ 10 %	(269)
	- 10 %	269
	- 25 %	337
	- 50 %	404

(i) Percentuais de choque nas taxas de juros, exceto para as ações que são choques fixos em relação ao patrimônio líquido alocado em ações. O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações, quando aplicável.

5.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio da Companhia, incluindo falhas na precificação ou insuficiência de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e sinistralidade, além de decisões tomadas considerando cenários que preservem as melhores margens de produto e possibilitem competitividade para a Companhia.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pelo regulador, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e no segmento Automóvel baseado no prêmio emitido bruto de resseguro:

Região	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Automóvel	%	Automóvel	%
Região Sudeste	64.068	95,2%	499.467	88,5%
Região Sul	1.564	2,3%	51.695	9,2%
Região Nordeste	1.183	1,8%	10.466	1,9%
Região Centro-Oeste	323	0,5%	1.502	0,3%
Região Norte	118	0,2%	285	0,1%
Total Geral (*)	67.256	100,0%	563.415	100,0%

(*) Não incluem os valores de RVNEs no montante líquido de R\$ 2.930 (R\$ 33.119 em 31 e dezembro de 2025).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do Teste de Adequação de Passivos (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras do regulador, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(400)	(10.821)
Sinistros - aumento de 50,0 %	144	(10.345)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, no ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Patrimônio líquido	453.298	761.834
(+/-) Ajustes contábeis	(49.427)	(40.678)
Participações societárias	(25)	(80)
Despesas antecipadas	(5.076)	(3.497)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(14.408)	—
Ativos intangíveis	(29.918)	(37.101)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(5.871)	(4.943)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(5.871)	(4.943)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	(66.524)	(99.402)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(21.318)	(48.902)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(45.206)	(50.500)
PLA de nível 1	331.476	616.811
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	994	2.371
PLA de nível 2	994	2.371
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	21.318	48.902
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	45.206	50.500
Excesso de Nível 3 (-)	(45.206)	(43.326)
PLA de nível 3	21.318	56.076
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	353.788	675.258
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	142.119	373.839
Capital de risco de subscrição	121.884	342.874
Capital de risco de mercado	13.828	25.132
Capital de risco de crédito	17.543	10.412
Capital de risco operacional	6.263	18.435
Benefício da correlação entre riscos	(17.399)	(23.014)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	142.119	373.839
Suficiência de capital	211.669	301.419

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	12.383	61.637
Depósitos bancários	7.245	6.196
	19.628	67.833

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	—	11.495	11.495	10.840	—	10.840
Outros	—	251	251	235	—	235
	—	11.746	11.746	11.075	—	11.075
Fundos exclusivos						
Debêntures	—	67	67	—	240	240
Letras Financeiras - privadas	—	31	31	—	123	123
Ações de companhias abertas	—	—	—	16	—	16
Cotas de fundos de investimentos	1.882	—	1.882	4.963	—	4.963
Letras financeiras do tesouro (LFT)	95.249	—	95.249	14.169	—	14.169
Operações a termo (*)	(63.049)	—	(63.049)	—	—	—
	34.082	98	34.180	19.148	363	19.511
	34.082	11.844	45.926	30.223	363	30.586
Circulante			45.675			30.351
Não circulante			251			235
% das aplicações classificadas nesta categoria:			8%			4%

(*) Saldo negativo devido a operação de compra a termo realizada no encerramento do período, cuja liquidação financeira da obrigação ocorreu no dia útil subsequente (01/07/2026), sendo integralmente honrada com os recursos provenientes do vencimento de Letras do Tesouro Nacional (LTN) classificadas ao custo amortizado, ocorridos na mesma data.

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
Debêntures	19.747	20.707
Notas do tesouro nacional (NTNs - B)	—	134.320
Não circulante	19.747	155.027
% das aplicações classificadas nesta categoria:	3%	18%

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2026 era de R\$21.399 (R\$155.006 em 31 de dezembro de 2025).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fundos exclusivos		
Notas do tesouro nacional (NTNs - B)	347.140	348.984
Letras do tesouro nacional (LTN)	162.535	304.100
Debêntures	2	4
Total	509.677	653.088
Circulante	192.766	152.874
Não circulante	316.911	500.214
% das aplicações classificadas nesta categoria:	89 %	78 %

O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2026 era de R\$ 499.893 (R\$ 644.850 em 31 de dezembro de 2025).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	900.338	1.737.407
Aplicações	165.816	1.157.344
Resgates	(523.811)	(2.152.668)
Rendimentos	47.063	111.888
Ajuste a valor de mercado	(1.673)	46.367
Saldo final	587.733	900.338

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos de acordo com sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Ativo circulante (*)	712.142	1.026.916
Passivo circulante	306.212	328.981
Índice de liquidez corrente	2,33	3,12

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	14,13	14,88
Fundos exclusivos		
LTN	—	13,60
NTNs - B - IPCA	6,99	6,85
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,05
Carteira própria		
NTNs - B - IPCA	—	7,84
Debêntures	8,22	8,22

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido
Automóveis	11.733	(1.127)	10.606	39.612	(984)	38.628
Assistência e outras coberturas - Auto	491	(1)	490	124	(1)	123
Resp. Civil facultativa - RCF	3.380	(220)	3.160	355	(194)	161
	15.604	(1.348)	14.256	40.091	(1.179)	38.912

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido
A vencer	13.219	(7)	13.212	25.635	(8)	25.627
Vencidos até 30 dias	699	(1)	698	10.818	(10)	10.808
Vencidos 31 a 60 dias	150	(2)	148	2.129	(11)	2.118
Vencidos 61 a 90 dias	50	(6)	44	203	(14)	189
Vencidos 91 a 120 dias	11	(4)	7	59	(12)	47
Vencidos 121 a 180 dias	10	(7)	3	67	(29)	38
Vencidos 181 a 365 dias	290	(240)	50	104	(92)	12
Vencidos acima de 365 dias	1.175	(1.081)	94	1.076	(1.003)	73
	15.604	(1.348)	14.256	40.091	(1.179)	38.912

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	38.912	1.765.156
(+) Prêmios emitidos	65.365	651.674
(+) IOF	4.812	41.840
(+) Adicional de fracionamento	2	3.982
(-) Prêmios cancelados	(978)	(112.395)
(-) Recebimentos	(93.688)	(2.312.058)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	(169)	713
Saldo final	14.256	38.912

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	(1.179)	(1.892)
(-) Provisões constituídas	(7.432)	(17.951)
(+) Reversão	7.263	18.664
Saldo final	(1.348)	(1.179)

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2026	Dezembro de 2025
	1 a 5	100%	45%
Automóvel	6 a 11	—%	36%
	12	—%	19%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	30.513	41.576
PIS e COFINS	29.733	—
IRPJ	14.792	4.114
CSLL	2.278	1.198
	77.316	46.888
Circulante	46.802	5.312
Não circulante	30.514	41.576

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2025	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2026
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	—	608	(578)	30
Provisão para obrigações legais	8.510	2.592	(2.240)	8.862
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	12.254	—	(5.244)	7.010
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	—	661	—	661
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	2.780	372	(1.834)	1.318
Provisão de participação de lucros	6.693	9.582	(15.214)	1.061
Outras provisões	18.665	2.563	(4.445)	16.783
	48.902	16.378	(29.555)	35.725
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(7.326)			(5.212)
	41.576			30.513

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados (vide nota explicativa nº 10.1.3).

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	4.251	14.807	907	343	274	139	129	14.875	35.725

A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	118.712	170.025
Alíquota vigente	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(47.485)	(68.010)
Depósitos judiciais	523	543
Doações/ incentivos	65	809
Equivalência patrimonial	(22)	(21)
Participação nos lucros - administradores	(42)	(368)
Benefício pós emprego	(103)	—
Outros	11.778	(253)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	12.199	710
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(35.286)	(67.300)
Taxa efetiva (D/-A)	29,7 %	39,6 %

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
COFINS (i)	37.482	36.816
PIS (i)	15.489	15.190
IRPJ	9.435	8.919
ICMS	8.239	8.240
INSS - autônomos (i)	2.931	2.956
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	2.564	9.609
Outros	4.123	7.081
	80.263	88.811

(i) Vide nota explicativa nº 20.1(a)

12. OUTROS VALORES E BENS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Bens à venda - salvados (i)	11.688	21.577
Direito a salvados - estimado (ii)	24.518	28.155
	36.206	49.732
Circulante	31.271	44.627
Não circulante	4.935	5.105

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

12.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Até 30 dias	2.486	4.287
De 31 a 60 dias	1.878	5.804
De 61 a 120 dias	4.700	7.004
De 121 a 365 dias	4.525	6.598
Acima de 365 dias	6.982	8.150
	20.571	31.843
Redução ao valor recuperável (*)	(8.883)	(10.266)
	11.688	21.577
Circulante	6.753	16.472
Não circulante	4.935	5.105

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	6.048	9,5 %	9.769	10,5 %
2º mês	4.661	56,5 %	4.956	49,1 %
3º mês	3.559	28,0 %	2.673	25,4 %
4º mês	2.686	6,1 %	1.963	7,5 %
5º mês	2.041	— %	1.595	3,1 %
6º mês	1.601	— %	1.403	1,6 %
7º mês	1.210	— %	1.216	1,3 %
8º mês	1.053	— %	1.083	0,7 %
9º mês	738	— %	999	0,5 %
10º mês	490	— %	901	0,2 %
11º mês	282	— %	827	0,1 %
12º mês	149	— %	770	— %
	24.518	100,0 %	28.155	100,0 %

12.2.1 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	28.155	31.938
(+) Constituições	408	1.421
(-) Reversões	(4.045)	(5.204)
Saldo final	24.518	28.155

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os saldos em 30 de junho de 2026 referem-se integralmente ao ramo automóvel.

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2025.

13.1 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	9.704	426.033
(+) Constituição	12.147	122.859
(-) Apropriação para despesa	(20.627)	(539.188)
Saldo final	1.224	9.704

14. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Edificações (*)	2,1 a 3,33	39.240	(10.908)	28.332	45.269	(12.332)	32.937
Terrenos	—	16.874	—	16.874	17.564	—	17.564
Informática	25,0	12.937	(12.816)	121	12.937	(12.733)	204
Móveis, máquinas e utensílios	10,0	2.272	(2.090)	182	2.272	(2.033)	239
Equipamentos	10,0	368	(358)	10	368	(352)	16
		71.691	(26.172)	45.519	78.410	(27.450)	50.960

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 30 de junho de 2026
Edificações	32.937	(4.191)	(414)	28.332
Terrenos	17.564	(690)	—	16.874
Informática	204	—	(83)	121
Móveis, máquinas e utensílios	239	—	(57)	182
Equipamentos	16	—	(6)	10
	50.960	(4.881)	(560)	45.519

15. INTANGÍVEL

	Taxas de amortização (% a.a.)	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 25,0	94.910	(65.372)	29.538	94.910	(58.189)	36.721
Outros Intangíveis		380	—	380	380	—	380
		95.290	(65.372)	29.918	95.290	(58.189)	37.101

15.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações	
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	Saldo líquido em 30 de junho de 2026
"Software"	36.721	29.538
Outros Intangíveis	380	380
	37.101	29.918

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Transações com partes relacionadas (i)	154.547	8.155
Provisão de benefícios a empregados	4.799	4.542
Participação nos lucros a pagar	—	18.226
Outras obrigações	3.053	15.022
	162.399	45.945
Circulante	157.599	41.404
Não circulante	4.800	4.541

(i) Vide nota explicativa nº 31. Do montante, R\$ 150.000 refere-se à redução de capital, conforme descrito na nota explicativa 21.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
ISS retidos	2.728	3.321
INSS e FGTS	1.484	1.851
IOF	944	2.415
Outros	94	802
	5.250	8.389

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a alguns débitos relacionados as apólices emitidas na Companhia que possuem riscos a decorrer.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Refere-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

Junho de 2026		
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias
Prêmios e emolumentos recebidos	361	—
Total	361	—

Dezembro de 2025		
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias
Cobrança antecipada de prêmios	8	2
Prêmios e emolumentos recebidos	2.648	—
Total	2.656	2

19. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistros e benefícios a liquidar	144.523	143.251	241.606	240.400
Provisão de prêmios não ganhos	6.942	6.942	51.475	51.475
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	6.214	6.214	17.101	17.101
Demais provisões	7.371	7.371	16.047	16.047
	165.050	163.778	326.229	325.023
Circulante	93.799		253.395	
Não circulante	71.251		72.834	

19.1 PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.861.207	1.107
Constituições decorrentes de prêmios	530.296	—
Diferimento pelo risco decorrido	(2.751.443)	—
Aviso de sinistros	1.863.573	99
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.190.751)	—
Atualização monetária e juros	13.347	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	326.229	1.206
Constituições decorrentes de prêmios	64.326	—
Diferimento pelo risco decorrido	(108.858)	—
Aviso de sinistros	51.925	—
Pagamento de sinistros/benefícios	(178.990)	—
Atualização monetária e juros	10.418	66
Saldo em 30 de junho de 2026	165.050	1.272

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Total das provisões técnicas (A)	165.050	326.229
Direitos creditórios (*)	6.225	15.758
Custos de aquisição diferidos pagos	954	8.826
Operações com resseguradoras	1.272	1.176
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	8.451	25.760
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	156.599	300.469
Quotas de fundos de investimento	167.464	541.431
Títulos de renda fixa - públicos	—	134.320
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	167.464	675.751
Excedente (D - C)	10.865	375.282

(*) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas de estimativa de salvados e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

Junho

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Administrativo - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.719	1.843	2.115	1.826	2.447	3.097	2.686	3.076	1.732	57	
Dois anos mais tarde	1.750	1.888	2.180	1.902	2.568	3.236	2.817	3.237	1.771	—	
Três anos mais tarde	1.752	1.892	2.184	1.907	2.576	3.242	2.824	3.243	—	—	
Quatro anos mais tarde	1.753	1.893	2.186	1.909	2.579	3.245	2.826	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	1.754	1.893	2.187	1.909	2.580	3.246	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	1.754	1.893	2.188	1.910	2.580	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	1.754	1.894	2.188	1.910	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	1.754	1.894	2.188	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	1.754	1.894	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	1.754	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total
Movimentações	1.754	1.894	2.188	1.910	2.580	3.246	2.826	3.243	1.771	57	21.469

Administrativo - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.518	1.618	1.869	1.595	2.098	2.794	2.360	2.759	1.672	50	
Dois anos mais tarde	1.749	1.888	2.179	1.901	2.567	3.234	2.815	3.232	1.764	—	
Três anos mais tarde	1.752	1.891	2.183	1.907	2.576	3.242	2.822	3.237	—	—	
Quatro anos mais tarde	1.753	1.893	2.186	1.908	2.579	3.244	2.823	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	1.754	1.893	2.187	1.909	2.580	3.245	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	1.754	1.893	2.187	1.909	2.580	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	1.754	1.894	2.187	1.910	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	1.754	1.894	2.187	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	1.754	1.894	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	1.754	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total
Pagamentos	1.754	1.894	2.187	1.910	2.580	3.245	2.823	3.237	1.764	50	21.444
Passivo em 30 de junho de 2026	—	—	1	—	—	1	3	6	7	7	25
	Provisão de sinistros										25

										Junho
Judicial - avisados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros avisados até a data-base	5	4	5	6	9	13	12	14	7	—
Dois anos mais tarde	15	13	17	19	23	29	30	30	18	—
Três anos mais tarde	20	19	23	23	28	34	35	44	—	—
Quatro anos mais tarde	24	22	26	24	31	35	44	—	—	—
Cinco anos mais tarde	26	23	26	26	33	42	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	27	23	27	26	38	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	27	23	37	27	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	27	22	37	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	26	21	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	25	21	37	27	38	42	44	44	18	—
Total	25	21	37	27	38	42	44	44	18	—

	Junho									
Judicial - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros pagos até a data-base	2	2	2	1	2	4	4	3	2	—
Dois anos mais tarde	9	8	8	6	9	13	13	12	4	—
Três anos mais tarde	13	11	12	10	13	18	20	16	—	—
Quatro anos mais tarde	16	13	16	12	17	23	23	—	—	—
Cinco anos mais tarde	19	15	18	16	24	25	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	20	15	20	19	25	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	22	16	30	20	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	22	17	30	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	22	17	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	21	17	30	20	25	25	23	16	4	—
Passivo em 30 de junho de 2026	4	4	7	7	13	17	21	28	14	—
									PSL anos anteriores	15
									Provisão de sinistros	130

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR – JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	101.564	100.559	111.276	110.169
Pagamentos no período	(15.316)	(15.316)	(33.582)	(33.771)
Novas constituições no período	15.105	15.105	399	399
Baixas da provisão por êxito	(24.446)	(24.446)	(3.440)	(3.440)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	12.390	12.219	13.198	13.306
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	10.303	10.207	13.713	13.896
Saldo final	99.600	98.328	101.564	100.559
Quantidade de processos	3.557		3.899	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fiscais (a)	66.003	76.543
Cíveis	3.994	7.631
Trabalhistas	255	282
	70.252	84.456

(a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
COFINS (i)	37.476	36.815
PIS (ii)	15.526	15.227
INSS - autônomos (iv)	2.931	2.956
REFIS (iii)	1.833	13.305
Outras	8.237	8.240
	66.003	76.543

(i) COFINS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, houve julgamento desfavorável ao contribuinte relativamente à parcela de prêmio das seguradoras. Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, houve julgamento desfavorável ao contribuinte relativamente à parcela de prêmio das seguradoras. Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(iv) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda levantamento de saldo remanescente de depósito judicial.

20.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.543	282	7.631	84.456
Atualização monetária	1.274	—	(1.960)	(686)
Êxito/reversões	(11.814)	7	3.151	(8.656)
Constituições	—	11	392	403
Pagamentos	—	(45)	(5.220)	(5.265)
Saldo em 30 de junho de 2026	66.003	255	3.994	70.252
Quantidade de processos	11	5	122	138

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fiscais (a)	169.918	197.864
Cíveis	10.600	11.398
Trabalhistas	47	19
	180.565	209.281

(a) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS/COFINS R\$ 136.384 (R\$ 98.865 de possível impacto); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado R\$ 6.525 (R\$ 4.140 de possível impacto no lucro líquido); e (iii) Discussões que se tratam de PERDCOMPs questionados pela Receita Federal do Brasil R\$ 19.029 (R\$ 11.493 de possível impacto no resultado) .

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 712.229 divididos em 973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 712.229 em 31 de dezembro de 2025 divididos em 1.771 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de reduções de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social
03 de fevereiro de 2026	(200.000)
25 de maio de 2026 (i)	(150.000)

(i) Aguardando prazo legal para efetivação da operação conforme Lei nº 6.404/76.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R\$ 16 em 30 de junho de 2026 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2025). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 7.219.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2026 seu saldo era de R\$ 354 (R\$ 39.926 em 31 de dezembro de 2025).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R\$ 39.572 em 26 de fevereiro de 2026. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação

Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações têm como beneficiários os diretores estatutários e não estatutários da Companhia e/ou de suas controladas, direta ou indiretamente. Os programas Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os diretores não estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretamente.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	2.828	6.766
Diferimento do período	(133)	2.059
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(1.253)	(5.997)
Saldo final	1.442	2.828
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	29,33	29,17

	Quantidade	
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	75	177
Diferimento do período	3	43
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(10)	(145)
Saldo final	68	75

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2026			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	49.658	78.329	6,1%	22,6%
Resp. civil facultativa	13.824	23.593	44,2%	18,9%
Assistência e outras coberturas auto	844	6.936	124,6%	19,8%
	64.326	108.858	21,9%	21,6%

	Junho de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	309.376	1.241.596	50,7%	22,7%
Resp. civil facultativa	97.016	451.426	61,1%	19,5%
Assistência e outras coberturas auto	60.582	232.441	124,0%	19,9%
	466.974	1.925.463	62,0%	21,6%

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Provisão de prêmios não ganhos	41.643	1.425.745
Provisão de riscos não expirados	2.889	32.744
	44.532	1.458.489

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Sinistros avisados - ADM	(36.541)	(1.079.446)
Porto Socorro	(27.271)	(296.710)
Sinistros avisados - JUD	(1.577)	(11.433)
Salvados	23.326	194.849
Ressarcimentos	20.095	29.041
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	19.541	14.505
Outras despesas com sinistros (*)	(21.438)	(44.700)
	(23.865)	(1.193.894)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Junho de 2026	Junho de 2025
Comissões sobre prêmios retidos	(11.647)	(103.047)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(8.480)	(270.279)
Outras despesas de comercialização (i)	(3.387)	(42.394)
	(23.514)	(415.720)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1 e as despesas de comercialização não diferidas.

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Receitas com operações de seguros	938	1.604
Total de outras receitas	938	1.604
Despesa com contingências	(4.009)	(2.320)
Despesas com serviços de assistência	(1.233)	(855)
Despesas com sistema de riscos	(860)	(4.508)
Despesas com cobrança	(772)	(14.605)
Despesas com encargos sociais	(117)	(1.656)
Provisão de desvalorização de salvados e outras	1.900	6.105
Total de outras despesas	(5.091)	(17.839)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.153)	(16.235)

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Localização e funcionamento	(13.195)	(16.130)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(5.185)	(25.441)
Serviços de terceiros	(1.793)	(12.995)
Donativos e contribuições	(180)	(292)
Publicações	(30)	—
Despesas administrativas diversas (*)	22.936	(109.143)
	2.553	(164.001)

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 31.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Junho de 2026	Junho de 2025
COFINS (i)	16.679	(34.323)
PIS (i)	2.710	(5.578)
Outras	(2.959)	(3.238)
	16.430	(43.139)

(i) Créditos referem-se a exclusão das despesas com cláusulas gratuitas nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2026	Junho de 2025
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	45.705	77.784
Atualização monetários sobre créditos tributários	4.966	—
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	1.825	20.418
Operações de seguros	2	3.529
Outras	5.436	3.663
Total de receitas financeiras	57.934	105.394
Operações de seguros	(10.306)	(10.664)
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(1.923)	(2.584)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(467)	—
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	195	(1.156)
Outras	(6.065)	(7.240)
Total de despesas financeiras	(18.566)	(21.644)
Resultado financeiro	39.368	83.750

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;
- (iii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e
- (vii) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A (i)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Junho de	Dezembro de	Junho de	Dezembro de
	2026	2025	2026	2025
Porto Cia	256	—	154.547	8.155
	256	—	154.547	8.155
	Receitas		Despesas	
	Junho de	Junho de	Junho de	Junho de
	2026	2025	2026	2025
Porto Serviço (i)	—	—	(26.290)	—
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	—	(429)	(986)
Portoseg	—	—	(85)	(5.380)
Porto Saúde	—	—	(74)	(3.260)
Porto Cia (ii)	12.425	—	(51)	(127.230)
CDF S.A (i)	—	—	—	(217.494)
Porto Atendimento	—	—	—	(3.504)
Porto S.A.	—	—	—	(4.320)
Itaú Auto e Residência (ii)	—	—	—	(3)
	12.425	—	(26.929)	(362.177)

(i) Em Outubro de 2025 a Porto Assistência junto com a CDF S.A foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

(ii) Em fevereiro de 2026, a Itaú Auto e Residência foi incorporada na Porto Cia.

30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de	Junho de
	2026	2025
Participação nos lucros – administradores	—	(525)
Honorários de diretoria e encargos	—	(320)
Benefícios	—	(5)
	—	(850)

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	83.426	102.725
Média ponderada do número de ações durante o período	1.328	2.082
Resultado por ação básico e diluído	62,8208	49,3396

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, em 06 de agosto de 2026, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não identificamos assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria.

* * *